

**O LUGAR DA PRÁTICA DE ENSINO, DA EXTENSÃO E DO ESTÁGIO
SUPERVISIONADO NO ENSINO DE MATEMÁTICA**

**THE PLACE OF TEACHING PRACTICE, EXTENSION AND SUPERVISED INTERNSHIP
IN MATHEMATICS TEACHING**

**EL LUGAR DE LA PRÁCTICA DOCENTE, LA EXTENSIÓN Y LAS PRÁCTICAS
SUPERVISADAS EN LA EDUCACIÓN MATEMÁTICA**



10.56238/revgeov17n2-037

José Ronaldo Melo

Doutor em Educação: Educação Matemática
Instituição: Universidade Federal do Acre (UFAC)
E-mail: ronaldo.ufac@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6379-589X>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1792804540496573>

Sandro Ricardo Pinto da Silva

Doutor em Educação Matemática
Instituição: Universidade Federal do Acre (UFAC)
E-mail: sandro.silva@ufac.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7166-9690>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3201944429813248>

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo discutir possibilidades da curricularização da extensão associada a pesquisa e a prática de ensino em Matemática. Essa perspectiva está fundamentada na legislação educacional vigente e vem sendo sugerida por pesquisadores vinculados a Ciência da Educação e da Educação Matemática que veem a participação dos alunos em projetos de ensino, pesquisa e extensão, relacionados com a prática pedagógica da Matemática escolar como indispensáveis a formação docente. Como procedimento de investigação foi realizado uma análise a respeito da visão de Estágio Curricular Supervisionado presente no atual projeto pedagógico curricular – PPC do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Acre – UFAC, com a intenção de mostrar que esse importante componente curricular não deve ficar restrito a simples cumprimento de exigências burocráticas e acadêmicas, mas constituir-se de fato como oportunidade de crescimento pessoal e profissional e como instrumento de integração entre as instituições responsáveis pela formação – universidade, escola e comunidade. Os resultados desta investigação pautada pela leitura e análise da legislação atual e fundamentada em reflexões de teóricos do campo da didática, apontam para a possibilidade de que a participação dos alunos em projetos de ensino, pesquisa e extensão, voltados para os processos de ensino e aprendizagem, enquanto prática pedagógica da matemática, sejam valorizados, inclusive contribuindo para construção de uma identidade profissional voltada para uma prática docente do ensino de Matemática nas escolas de Educação Básica.



Palavras-chave: Curricularização da Extensão. Prática de Ensino. Estágio Supervisionado. Matemática.

ABSTRACT

This article aims to discuss possibilities for curricularizing extension programs associated with mathematics teaching practices. This perspective is grounded in current educational legislation and has been suggested by researchers linked to the fields of Education and Mathematics Education, who view student participation in teaching, research, and extension projects related to the pedagogical practice of school mathematics as essential to teacher training. As a research procedure, an analysis was carried out regarding the vision of Supervised Curricular Internship present in the current curricular pedagogical project – PPC of the Mathematics Degree course at the Federal University of Acre – UFAC, with the intention of showing that this important curricular component should not be restricted to simply fulfilling bureaucratic and academic requirements, but should in fact constitute an opportunity for personal and professional growth and as an instrument of integration between the institutions responsible for training – university, school and community. The results of this research, guided by a reading and analysis of current legislation and based on reflections by theorists in the field of didactics, point to the possibility that student participation in teaching, research, and extension projects focused on the teaching and learning processes, as a pedagogical practice in mathematics, can be valued, including contributing to the construction of a professional identity focused on teaching mathematics in basic education schools.

Keywords: Extension Curricularization. Teaching Practice. Supervised Internship. Mathematics.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir las posibilidades de curricularizar las actividades de extensión asociadas a la investigación y la práctica docente en Matemáticas. Esta perspectiva se basa en la legislación educativa vigente y ha sido sugerida por investigadores vinculados a las Ciencias de la Educación y a la Educación Matemática que ven la participación de los estudiantes en proyectos de enseñanza, investigación y extensión relacionados con la práctica pedagógica de la matemática escolar como indispensable para la formación docente. Como procedimiento investigativo, se realizó un análisis sobre la visión de la Pasantía Curricular Supervisada presente en el actual proyecto pedagógico curricular – PPC de la carrera de Licenciatura en Matemáticas de la Universidad Federal de Acre – UFAC, con la intención de mostrar que este importante componente curricular no debe restringirse simplemente al cumplimiento de requisitos burocráticos y académicos, sino que debe, de hecho, constituir una oportunidad de crecimiento personal y profesional y un instrumento de integración entre las instituciones responsables de la formación – universidad, escuela y comunidad. Los resultados de esta investigación, guiados por la lectura y el análisis de la legislación vigente y fundamentados en las reflexiones de teóricos del campo de la didáctica, apuntan a la posibilidad de valorar la participación estudiantil en proyectos de docencia, investigación y extensión centrados en los procesos de enseñanza y aprendizaje, como práctica pedagógica en matemáticas, contribuyendo incluso a la construcción de una identidad profesional orientada a la práctica docente de matemáticas en escuelas de educación básica.

Palabras clave: Curricularización de la Extensión. Práctica Docente. Prácticas Supervisadas. Matemáticas.



1 INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo discutir sobre o desenvolvimento e o lugar da Prática de Ensino, da Extensão e do Estágio Supervisionado no ensino de Matemática compreendendo inicialmente que esses três componentes curriculares têm um papel fundamental na formação do professor de Matemática, pois integram a teoria à prática, proporcionam vivências no ambiente escolar e permitem o desenvolvimento de habilidades pedagógicas e reflexões críticas inserindo o futuro professor na realidade da comunidade escolar. As atividades planejadas nestes componentes têm como fusão instrumentar o licenciando com conhecimentos práticos e inovadores, tornando-o mais seguro e apto a lidar com os desafios do ensino e a transformar a realidade educativa.

A extensão, por exemplo, nos cursos de Licenciatura em Matemática vem sendo recomendada nas reformas de projetos pedagógicos de forma a atender a resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior. Essa resolução aponta como possibilidade vincular ações, projetos e programas de extensão a prática de ensino, integrando as atividades de extensão ao Projeto Político Pedagógico (PPP) dos cursos para que os alunos coloquem em prática o conhecimento em vivências reais com a comunidade escolar, conforme exigido pela resolução CNE/CES 7/2018 de dezembro de 2018 que *Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE*, determinando que 10% da carga horária dos cursos de graduação seja de extensão. Essa inclusão busca aproximar a universidade da sociedade, valorizando a formação do professor e o retorno do conhecimento acadêmico para a comunidade.

Esse debate apontando algumas dificuldades, mas também possibilidades de transformações no cotidiano desses profissionais, pois parece consenso na academia de que o desenvolvimento do estágio supervisionado é um momento particular da formação em que o aluno pode vivenciar uma diversidade de experiências e conhecer melhor seu campo de atuação. De acordo com Pimenta e Lima (2004) “o estágio é o eixo central na formação de professores, pois é através dele que o profissional conhece os aspectos indispensáveis para a formação da construção da identidade e dos saberes do dia-a-dia”. Para isso torna-se razoável que a escola de formação ofereça uma diversidade de possibilidades visando o desenvolvimento pleno do formando.

Silva (2005) argumenta que no cotidiano acadêmico é perceptível que os graduandos se envolvam com muita disposição e ânimo quando a universidade lhes proporciona a participação em que consiga colocar conhecimentos teóricos em prática, acompanhados de um profissional supervisor ou quando possui uma instituição conveniada que estão em permanente contato com a universidade. Desta forma o estagiário pode aprender a observar e identificar os problemas, estar sempre absorvendo e buscando informações, questionando o que encontrou além de trocar informações com profissionais



mais experientes. De acordo com Francisco e Pereira (2004) o estágio surge como um processo fundamental na formação do estagiário, pois esta é a forma de fazer a transição de aluno para professor. Este é um momento da formação em que o graduando pode vivenciar experiências, conhecendo melhor sua área de atuação.

Para Guerra (1995) “o Estágio Supervisionado consiste em teoria e prática tendo em vista uma busca constante da realidade para uma elaboração conjunta do programa de trabalho na formação do educador”, possibilitando ao aluno em processo de formação desenvolver uma postura de pesquisador através da observação e dos momentos de reflexão que poderão contribuir para reorganizar ações que possam reorientar a prática quando necessário. Assim, pode-se considerar parte do componente curricular Estágio Supervisionado que conforme estabelece a Resolução CNE/CP 04/2024, deve se iniciar a partir da entrada do aluno no curso, com a observação do ambiente escolar e participação em grupos de planejamento de professores na escola, a ser desenvolvido também em projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados a grupos de pesquisa e programas de extensão, que tem como objeto de estudo e investigação da prática pedagógica da Matemática.

Isso está em conformidade com o pensamento de diversos educadores do campo educacional, entre eles Silva (2007), Carvalho (1985), Cury (2004), Lima (1986), Pimenta (2004) e Gomes (1992) e atende as recomendações prescritas na legislação federal disponíveis, sobretudo após o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394/96, e nos atos normativos dela decorrente, porque na maioria dos projetos que tem como foco a formação de professores de Matemática se faz necessária a presença de seus participantes nas escolas de Educação Básica, seja para obter informações que se constituirão em dados para realização dessas pesquisas, seja para testar, no ambiente de sala de aula, matérias curriculares propostos com o intuito de favorecer uma melhor qualidade do ensino e da aprendizagem do aluno, ou para realizar comunicações de resultados das pesquisas realizadas tendo como foco o conhecimento da escola, especialmente o que acontece na sala de aula.

Particularmente, compreendemos que a formação docente acontece de múltiplas formas e a atuação dos formandos em projetos de ensino, pesquisa e extensão são, sobretudo, formas privilegiadas de formação docente. Isso, em nossa visão, contempla o que preconiza a resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 ao estabelecer que o estágio curricular supervisionado deva ser realizado em escolas de educação básica e vivenciado durante o curso de formação com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional.

Para isso, concordando com Silva (2007) e defendemos ser necessário que exista um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação inicial e a escola campo de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre a instituição de ensino e as unidades dos sistemas de Educação



Básica. Esses “tempos na escola” devem ser diferentes e segundo os objetivos de cada momento de formação. Sendo assim, o estágio não pode ficar sob a responsabilidade de um único professor da escola de formação, mas envolver uma atuação coletiva dos formadores, pois, um único professor pode encontrar dificuldades para administrar a quantidade de estagiários (em média 50) que entram para o curso todos os anos.

Desta forma, entendemos que as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos alunos em projetos vinculados a grupos de estudos voltados para formação docente e endereçados a escola de Educação Básica, sob a responsabilidade de profissionais habilitados, constituem-se em momentos de formação profissional, seja pelo exercício direto in loco, seja pela presença participativa em ambientes próprios da área profissional.

Compreendemos, portanto, que o processo de curricularização da extensão possa fazer parte das disciplinas de Práticas de Ensino de Matemática, articulada com o Estágio Supervisionado, associando o Ensino, a Pesquisa e Extensão ao contexto formativo, pois apenas o ensino “não pode ser isoladamente responsável pela qualificação profissional do professor” (PICONEZ 1998, p.30). Assim, estamos de acordo com Pimenta e Lima (2004) quando argumenta que uma das finalidades do estágio é integrar o processo de formação do aluno, de modo a considerar o campo de atuação como objeto de análise, de investigação e de interpretação crítica, a partir dos nexos com as demais disciplinas do curso. Diante do exposto cabe questionar **como deve ser organizada a oferta do ensino, da pesquisa e da extensão nos cursos de Licenciaturas em Matemática de forma a atender as demandas da legislação vigente?**

2 ASPECTOS METODOLOGICOS

No âmbito da Universidade Federal do Acre (UFAC), a resolução nº 026, de 27 de outubro de 2020 aprovou as normas, procedimentos e critérios que regulamentam as atividades de extensão, considerando a “Política Nacional de Extensão Universitária, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); A necessidade de atualizar a regulamentação das atividades de extensão, vitais para o processo acadêmico e sua indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão”, objetivando:

I – Potencializar e ampliar os patamares de qualidade das ações propostas, projetando a natureza das mesmas e o compromisso social da Ufac, em consonância com o ensino, a pesquisa e com as demandas sociais. II – Estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, com vistas à atuação profissional pautada na cidadania, na função social e transformadora da educação superior, tendo como foco as políticas públicas, bem como oportunizar o intercâmbio de saberes acadêmicos e populares. (Art. 4 da Resolução nº 026, de 27 de outubro de 2020).

Aparentemente regulamentou-se o registro e inclusão obrigatória das atividades extencionistas nos currículos dos cursos de graduação, implicando em uma nova configuração curricular. Ao passo



que se instituiu a obrigatoriedade da participação dos alunos no desenvolvimento e aplicações de projetos de extensão, isso causou inquietudes em relação ao modo como ela seria implementada no curso de licenciatura em matemática da UFAC:

... principalmente na possibilidade de que, ao executar a curricularização da extensão apenas para satisfazer as exigências legais, se destrua a potência que a extensão possa ter em si. Deste modo, teme-se que sua dialogicidade e capacidade de captar distintas realidades, de modo a contribuir para a constituição de novos contornos da pesquisa e do ensino sejam solapados (COSTA, 2019, p. 112)

Tendo em vista os possíveis efeitos e impactos dessa nova configuração curricular na formação acadêmica dos sujeitos em formação inicial, buscamos compreender como deve-se efetivamente organizar a oferta do ensino, da pesquisa e da extensão nos cursos de licenciaturas em matemática, de forma a atender as demandas da legislação vigente?

Como mencionado na introdução desse estudo a questão que parece ser mais recorrente quanto aos esforços mobilizados na formação docente está nas diversas formas de relação teoria e prática que é de fato o que alicerça a formação, contudo é também objeto de muitas dúvidas quanto a sua forma de estrutura, organização e constituição. Estudos recentes como os que citamos anteriormente e reflexões realizadas no âmbito das instituições formadoras apontam para a necessidade de que o Estágio Supervisionado extrapole o limite da forma de como vem sendo majoritariamente praticado, geralmente através de ações isoladas com o aparente objetivo de cumprir a carga horária. Neste contexto, o Estágio Supervisionado passa a ter função fundamental que não deve ficar apenas restrito a levar os conhecimentos teóricos ao campo da prática, mas compreendê-los, reelaborá-los, pensando a realidade vivida pelo futuro professor. Dessa forma cabe aos agentes envolvidos refletir sobre as implicações que essa nova postura pode trazer para o trabalho do professor de Estágio Supervisionado e de que maneira isso pode ser efetivado.

A universidade, afirmam Pimenta e Lima (2004), é por excelência o espaço formativo da docência, ainda que não seja simples formar para o exercício da docência de qualidade. A expectativa é que neste espaço haja interação com a escola de Educação Básica. Assim, é imprescindível que a pesquisa e a extensão enquanto espaços de investigação e exposições de conhecimentos se constituam em possibilidades de intervenção na formação docente. Para isso são necessários alguns procedimentos para comprovar essa interação como o retorno daquilo que foi pesquisado, elaborado e re-elaborado a partir da presença do estagiário na escola de Educação Básica, em propostas de formação continuada para esta escola e a presença desta na universidade em propostas significativas de relato de experiências, por exemplo, ou ainda nas aulas de estágio com a apresentação e discussão de temas pedagógicos e estudo de aula (*Lesson Study*) que se caracteriza como uma metodologia de



desenvolvimento profissional colaborativo onde professores planejam, observam e analisam em conjunto uma aula para melhorar a aprendizagem dos alunos e a sua própria prática.

Essa possibilidade envolve a criação de um grupo de professores que se reúnem para estudar e aperfeiçoar uma aula, que é então ministrada e observada por colegas. As análises são focadas nas reações dos alunos e no processo de ensino-aprendizagem gerando um ciclo contínuo de reflexão e melhoria. O Estudo de Aula é um processo de desenvolvimento profissional pautado nas principais dificuldades de aprendizagem dos estudantes percebidas pelos professores participantes. Esse processo proporciona aos professores o aprofundamento de seus conhecimentos sobre a aprendizagem dos estudantes e o modo de promovê-la na sala de aula, é tema de pesquisa no grupo de estudos e pesquisas sobre a formação de professores que ensina matemática.

A legitimação da universidade como espaço de formação se concretiza, portanto, a partir destes procedimentos, tanto para o aluno estagiário como para aquele educador de educação, que recebe o aluno estagiário, pois ambos se “formam” na prática. Tem-se, portanto, na investigação sobre a escola e na escola, em todas as suas performances, uma concepção e uma possibilidade concreta como encaminhamento para o estágio curricular supervisionado. Ou seja, concebê-lo como pesquisa pressupõe o embate direto com a sala de aula, com o cotidiano da escola e com a legitimação, confirmação e ou transformação de aspectos teóricos construídos em disciplinas de formação específicas.

A inserção do estagiário na escola em atividades de pesquisa poderá seguir uma abordagem teórica - prática que, certamente, tornará o fazer pedagógico mais qualitativo, mais dinâmico e transformador. Isso poderá colaborar também com todos os aspectos que compõem a totalidade da escola: a gestão, as relações intra e extra-escolares, o planejamento, etc. É diante deste contexto que o colegiado do Curso de Matemática deve contemplar em seu Projeto Político Pedagógico, parte do componente curricular Estágio Supervisionado, como possibilidade de inserção do estagiário na escola básica através de atividades de extensão e de pesquisa vinculada a projetos que vem sendo desenvolvidos por professores que lecionam no curso. Interpretando o que preconiza a legislação vigente pode-se compreender que a Regência de classe pressupõe a iniciação profissional como um saber que busca orientar-se por teorias de ensino-aprendizagem para responder às demandas colocadas pela prática pedagógica à qual se dirige.

Projetos de extensão pode estruturar atividades na forma de seminários, minicursos e oficinas para professores, alunos e demais comunidade escolar ou ainda grupos de educação não-formal sobre temas específicos de cada curso de licenciatura. Projetos de pesquisa podem favorecer um conjunto de propostas sobre a pesquisa educacional acerca de “inquietações” próprias do processo de ensino-aprendizagem e suas especificidades. Seguindo esta lógica os estagiários do Curso de Licenciatura em Matemática poderão, durante o desenvolvimento do componente curricular Estágio Supervisionado



desenvolver atividades de monitorias e seminários voltados para o acompanhamento do trabalho de educadores que atuam em grupos de educação especial, educação de jovens e adultos, grupos da terceira idade, etc. Desenvolvendo relatórios de atividades, seminários temáticos e outras possibilidades da realidade situacional da universidade e unidades escolares.

Assim, o componente curricular Estágio Supervisionado abrange, em nossa visão, o ensino, a pesquisa e extensão e nisso estamos de acordo com vários pensadores do campo educacional, entre eles Cury (2004), que defende que o Estágio supervisionado deve proporcionar ao estagiário a oportunidade de articulação entre o momento do saber e o momento do fazer, pois “o momento do saber não está separado do momento do fazer, e vice-versa, mas cada qual guarda sua própria dimensão epistemológica. O aprender a ser professor, dessa forma, é reconhecido como um saber profissional intencionado a uma ação docente nos sistemas de ensino” CURY (2003, pp. 113-122).

O estágio curricular supervisionado é a disciplina na qual o estagiário deve vivenciar várias práticas e vários modos de ser professor. Conforme a LDB 9394/96 no seu artigo 13, os profissionais da educação deverão vivenciar da vida escolar de um modo geral, desde atividades de elaboração de proposta pedagógica da escola, até elaboração e cumprimento de planos de trabalho, seguido de atividades, como zelo pela aprendizagem do aluno, estabelecimento de estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento, participação nos períodos de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional e, a colaboração em atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

3 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: PROPOSTA PARA OS PPCs

A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 que trata dos processos de formulação e reforma dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura traz contribuições relevantes no que diz respeito ao estágio supervisionado e ao processo de curricularização da extensão. Daí duas questões são colocadas como desafios que pode alterar substancialmente o modo como os Cursos de Licenciaturas são atualmente ofertados. Por um lado, pode-se conceber a curricularização vinculada aos componentes curriculares disciplinares, por outro lado o Estágio Supervisionado deve ser ofertado ao longo do desenvolvimento do Curso. A oferta desses componentes curriculares deve estar associada ao tripé Ensino, Pesquisa e Extensão conforme destaca o artigo 12 e seu parágrafo único:

Art. 12. A formação inicial destina-se àqueles que pretendem exercer o magistério da educação escolar básica em suas etapas e modalidades de educação e em outras situações nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, teóricos e práticos. **Parágrafo único.** As atividades do magistério também compreendem a atuação e participação na organização e gestão de sistemas de Educação Básica e suas instituições de ensino, englobando: I - planejamento, desenvolvimento, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos, do ensino, das dinâmicas pedagógicas e experiências educativas; e II - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico das áreas para as quais recebeu formação e as do campo educacional. (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024)



Já o Art. 13 da referida resolução estabelece que os cursos de formação inicial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, serão constituídos dos núcleos I, II, III e IV, com destaque especial para Núcleo I – Estudos de Formação Geral - EFG: composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas, articulando:

... conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas, articulando: a) princípios e fundamentos sociológicos, filosóficos, históricos e epistemológicos da educação; b) princípios, valores e atitudes comprometidos com a justiça social, reconhecimento, respeito e apreço à diversidade, promoção da participação, da equidade e da inclusão e gestão democrática; c) observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos, experiências pedagógicas e de situações de ensino e aprendizagem em instituições de Educação Básica; d) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial; e) diagnóstico e análise das necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade, relativas à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e, conseqüentemente, nos processos de aprendizagem; f) pesquisa e estudo da legislação educacional, dos processos de organização e gestão do trabalho dos profissionais do magistério da educação escolar básica, das políticas de financiamento, da avaliação e do currículo; g) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, educação e comunicação, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea; h) estudos de aspectos éticos, didáticos e comportamentais no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa; e i) conhecimento sobre diferentes estratégias de planejamento e avaliação das aprendizagens, centradas no desenvolvimento pleno dos estudantes da Educação Básica (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024).

O Núcleo II é apresentado na Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 como aprendizagem e aprofundamento dos conteúdos específicos das áreas de atuação profissional - ACCE: composto pelos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos. No Núcleo III trata-se das Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE, que segundo a mencionada resolução deverão serem realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES.

Por último é apresentado o Núcleo IV referente ao Estágio Curricular Supervisionado – ECS, caracterizado como componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, devendo ser realizado em instituição de Educação Básica e tendo como principal objetivo a atuação na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor. Ao estagiário, defende a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, deve ser oferecida “inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa



conectar com os aspectos teóricos de sua formação, com suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula.

Portanto, apresentamos uma proposta de participação de alunos dos cursos de Licenciatura em Matemática em programas, projetos e ações de extensão e de pesquisa que tenham como foco a prática pedagógica da Matemática escolar. Para isso, consideramos que Estágio Supervisionado constitui-se como elemento integrador, associado ao ensino, pesquisa e extensão, não se restringindo a simples cumprimento de exigências burocráticas e acadêmicas, mas constituindo-se de fato como oportunidade de crescimento pessoal e profissional e como instrumento de integração entre as instituições responsáveis pela formação – universidade, escola e comunidade, favorecendo a construção de uma identidade profissional voltada para uma prática docente que efetivamente possa contribuir para a melhoria do ensino de Matemática nas escolas de Educação Básica.

3.1 VISÃO HISTÓRICA

Durante o século XX a lógica dos cursos de formação de professores de Matemática assim como a lógica dos demais cursos de formação de educadores, fundamentava-se segundo os pressupostos epistemológicos da racionalidade técnica, na qual a teoria tem pouca vinculação com a prática, ou seja, a prática fica subordinada a teoria. Nesta concepção:

Os currículos são normativos, com a seqüência de conhecimentos dos princípios científicos relevantes, seguidos da aplicação destes princípios e de um *practicum*, cujo objetivo é aplicar na prática cotidiana os princípios da ciência estudada. Dentro da racionalidade técnica o desenvolvimento de competências profissionais deve colocar-se, portanto após o conhecimento científico básico e aplicado, pois não é possível aprender competências e capacidades de aplicação antes do conhecimento aplicável [PEREZ GOMES, 1992, p. 98].

Assim o Estágio Supervisionado enquanto disciplina, argumenta Piconez (1998), foi sendo definida nos currículos dos cursos de licenciatura como uma disciplina de complementação, tendo como objetivo pôr em prática o que foi aprendido teoricamente pelo aluno para complementar a sua formação. A dicotomia entre teoria e prática, nesta concepção, fica evidente até na disposição da disciplina na matriz curricular.

O debate sobre as questões relacionadas à teoria e a prática na disciplina Estágio Supervisionado tornou-se, a partir da década de 1980 do século XX, objeto de estudo no campo educacional. Autores como Azevedo (1980), Candau & Lellis (1983), Carvalho (1985), entre outros sugere de diferentes maneiras a unificação da teoria com a prática. Em suas reflexões estes autores argumentavam que as orientações para o encaminhamento do Estágio Supervisionado não privilegiavam as discussões entre educador e educando sobre o cotidiano da sala de aula, da escola e da comunidade. Assim, o conhecimento da realidade escolar através dos estágios não favorecia as



reflexões sobre uma prática criativa e transformadora, nem possibilitava a reconstrução ou definição de teorias que sustentassem o trabalho do professor.

A partir da década de 1930 intensificaram-se as preocupações com o Estágio Supervisionado, sobretudo com a instituição do curso de Didática em 1939, cuja concepção envolvia, conforme argumenta Silva (2007), estudos relativos à Metodologia de Ensino, relacionados com o planejamento, a execução da relação professor-aluno e a verificação de aprendizagens, conduzindo a uma possibilidade de Prática de Ensino, onde o estagiário poderia também apreender técnicas explicatórias que lhe permitiriam identificar e dimensionar os recursos comunitários, bem como estagiar em instituições que desenvolviam atividades relacionadas com sua futura habilitação. Contudo, é a partir do final do século XX que o Estágio Supervisionado passou a ser concebido como um espaço privilegiado na luta pela melhoria da formação docente, sobretudo na formação de professores de Matemática onde o discurso pela melhoria da qualitativa do ensino dessa disciplina se tornou freqüente e a busca da superação da dicotomia entre teoria e prática que se transformou num instrumento de luta pela qualidade do ensino e pela transformação do papel da disciplina Estágio Supervisionado que durante muito tempo conformou-se com o roteiro tradicional marcado pelo planejamento das atividades de ensino, pela observação e pela regência de sala de aula.

No campo da formação de professores para a área de Matemática esse debate foi impulsionado, nos últimos 20 anos, pelas reflexões promovidas pelas orientações de educadores e educadores matemáticos tendo como fundamento um novo paradigma determinado pelo avanço das tecnologias e pela chamada sociedade do conhecimento, apontado a necessidade de revisão de antigos conceitos e novas práticas para formação docente. É neste contexto que devemos, enquanto professor e pesquisador envolvido com questões relacionadas ao desenvolvimento profissional, identidade, formação docente e saberes que articulam teoria e prática, buscarmos novos caminhos e possibilidades que possam conduzir nossos estagiários para uma formação mais abrangente, com foco na melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica.

3.2 PROPOSTA PARA OS PPCs

As propostas de projetos políticos pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em Matemática devem apresentar de forma articulada, estratégias de ensino, pesquisa e extensão, contemplando, sobretudo a questão que se apresenta no momento, vinculada a ações, projetos e programas de extensão à Prática de Ensino e ao Estágio Supervisionado, integrando dessa forma atividades de extensão ao Projeto Político Pedagógico (PPC), para que os alunos coloquem em prática o conhecimento em vivências reais com a comunidade escolar, conforme exigido pela legislação que determina que 10% da carga horária dos cursos de graduação seja de extensão.



Essa inclusão busca aproximar a universidade da sociedade, valorizando a formação do professor e o retorno do conhecimento acadêmico para a comunidade, garantindo a concepção, das diretrizes e dos princípios presente no Art. 3º da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 ao descrever que:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Além disso, propõe-se que a curricularização deva estar articulada aos Núcleos I, II, III e IV, estabelecido pela Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, particularmente em relação aos Núcleos III e IV. Isso pode concretizar uma integração ao currículo, conectando ações, projetos e programas de extensão, contribuindo para formação docente, permitindo que o licenciando pratique o que aprende e se torne protagonista na sua atuação profissional.

3.3 COMPONENTES CURRICULARES

Concretamente propomos os seguintes componentes curriculares que envolve os núcleos I, III e IV presente na Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024 a serem desenvolvido a partir do primeiro período letivo:

Quadro 1: Componentes curriculares

DISCIPLINAS	EMENTA	C/H	CRÉDITOS
Iniciação ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão.	Evolução histórica, construção conceitual, princípios e diretrizes do ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visando a aproximação entre a universidade e a sociedade, a auto-reflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico. Políticas de ensino, pesquisa e extensão universitária. Projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão, inserção curricular dos projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão. Metodologias aplicáveis, apresentações e aproximação com as ações de ensino, pesquisa e extensão das Unidades Acadêmicas da UFAC.	60	2-1-0
Práticas de Ensino e Metodologias da Educação Especial/Inclusiva	Educação inclusiva no sistema escolar: currículo, avaliação e didática. Metodologias inclusivas, tecnologia assistiva, desenho universal para a aprendizagem – DUA. Planejamento e experiências pedagógicas, situações e vivências de ensino e aprendizagem em instituições de educação básica.	60	2-1-0
Prática de Ensino, Pesquisa e Extensão em Matemática I	Ensino de Matemática abordando aspectos de conteúdos e metodologias. Estudo e Análise dos Materiais Curriculares para o Ensino de Matemática. História das Leis e Documentos Oficiais da Educação Básica. A Base Nacional Comum Curricular e Propostas Curriculares Estaduais. Organização dos conteúdos da Educação Básica nos Documentos Oficiais da Educação. Planejamento de Ensino: discussão teórica e implementação prática através de Acex. Reflexão crítica sobre os Livros Didáticos e Paradidáticos. Materiais didáticos Elaborados em	60	2-1-0



	Laboratórios de Ensino de Matemática. Participação em ações de extensão na escola pública.		
Prática de Ensino, Pesquisa e Extensão em Matemática I	Conhecimento Pedagógico Matemático: a Matemática que se aprende e a que se ensina. O novo ensino médio e os itinerários formativos. Jogos Matemáticos para ensino e aprendizagem de Matemática. Reflexão teórica e prática sobre Resolução de Problemas. História da Matemática no ensino e aprendizagem da Matemática. Etnomatemática e contextos sociais. Aulas experimentais relacionando conteúdos matemáticos da Educação Básica desenvolvidas através de Ações de Extensão na escola pública.	60	2-1-0
Prática de Ensino, Pesquisa e Extensão em Matemática II	Discussão sobre as diferentes modalidades de ensino e reflexão sobre materiais didáticos para os ensinos específicos: Educação de Jovens; Adultos e Idosos; Educação Especial; Educação Quilombola; Educação Indígena; Educação do Campo; e Educação Tecnológica. Discussão e reflexão abordando aspectos de conteúdos e metodologias para ensino específicos. Educação Matemática Inclusiva. Projetos Interdisciplinares...	60	2-1-0
Prática de Ensino, Pesquisa e Extensão em Matemática III	Reflexão teórica e prática sobre abordagens pedagógicas: Tecnologia da Informação e Comunicação, Modelagem e Educação Matemática Crítica. Aulas experimentais relacionando tópicos de Aritmética, Álgebra, Geometria, Tratamento da Informação, Análise Combinatória, Probabilidade, Estatística ou Matemática Financeira.	60	2-1-0
Prática de Ensino, Pesquisa e Extensão em Matemática IV	Ensino e aprendizagem da matemática a partir da: relação homem – natureza; Tecnologias e degradação ambiental; abordagens metodológicas e práticas de educação ambiental. Organização metodológica na forma de projetos; pesquisa e extensão. Resolução de problemas; Modelagem Matemática, uso de materiais concretos; jogos e recursos tecnológicos, que permitam estruturar didaticamente os conceitos presentes na matemática escolar. O ensino de matemática valorizando as diferenças e a diversidade, através da promoção da educação matemática inclusiva. Ações de Extensão desenvolvida em escolas públicas.	60	2-1-0
Educação Matemática, Práticas Sociais e Ações de Extensão	Ensino e aprendizagem da matemática a partir da: relação homem – natureza; Tecnologias e degradação ambiental; abordagens metodológicas e práticas de educação ambiental. Organização metodológica na forma de projetos; pesquisa e extensão. Resolução de problemas; Modelagem Matemática, uso de materiais concretos; jogos e recursos tecnológicos, que permitam estruturar didaticamente os conceitos presentes na matemática escolar. O ensino de matemática valorizando as diferenças e a diversidade, através da promoção da educação matemática inclusiva. Ações de Extensão desenvolvida em escolas públicas.	60	2 – 1 - 0
Educação Matemática, Práticas Culturais e Ações de Extensão	Ensino e aprendizagem de matemática com base: na identidade histórica e cultural do povo brasileiro; nas relações étnico-raciais; na história da cultura afro-brasileira e africana; no combate ao racismo e valorizando a etnicidade; nas culturas negras, afro-descendentes e indígenas no Brasil; no debate sobre empregabilidade, direitos humanos e os novos polos de poder. O ensino de matemática valorizando as diferenças e a diversidade, através da promoção da educação inclusiva com base nos direitos humanos; nas tecnologias assistivas e nas práticas inclusivas. (Re) Construção da prática pedagógica no ensino e aprendizagem de matemática para deficiência visual e intelectual. Ações de Extensão desenvolvida em escolas públicas.	60	2 – 1 - 0
Tecnologias digitais no Ensino de	Formação do professor de matemática e a prática pedagógica com a integração das mídias. Planejamento de ensino com tecnologias para	60	2 – 1 - 0



Matemática e Ações de Extensão I	Educação Regular, Educação Quilombola, Educação Indígena, Educação Tecnológica, Educação Matemática Inclusiva. Tecnologias Digitais e Tecnologia Assistiva. Ensino de Matemática utilizando: tecnologias da informação e da comunicação voltado para a Resolução de Problemas, História da Matemática, Modelagem e Jogos Matemáticos. Projetos interdisciplinares. Aulas experimentais com uso de tecnologias digitais. Ações de Extensão desenvolvida em escolas públicas.		
Tecnologias digitais no Ensino de Matemática e Ações de Extensão II	Formação do professor de matemática e a prática pedagógica com a integração das mídias. Planejamento de ensino de Matemática no Ensino Médio, na Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. Ensino de Matemática utilizando: tecnologias da informação e da comunicação, Resolução de Problemas, História da Matemática, Modelagem e Jogos Matemáticos. Projetos interdisciplinares. Aulas experimentais com o uso de tecnologias da informação e da comunicação relacionando tópicos de Aritmética, Álgebra, Geometria, Tratamento da Informação, Análise Combinatória, Probabilidade, Estatística ou Matemática Financeira. Ações de Extensão desenvolvida em escolas públicas.	60	2-1-0
História, Filosofia e Educação Matemática	História da Matemática no Egito, Mesopotâmia, Grécia, China, Índia, Europa e nas Américas. Discussões e reflexões sobre questões historiográficas e epistemológicas e algumas relações entre História da Ciência e História da Matemática e entre História e Educação Matemática. Situar epistemologicamente as bases teórico-metodológicas que utilizam em pesquisas sobre Educação Matemática. Visão de conjunto da Filosofia da Matemática, tendo em vista algumas das principais questões da história da matemática. Discussões sobre a natureza do pensamento matemático, envolvendo as correntes filosóficas como positivismo, logicismo, construtivismo, naturalismo, formalismo, intuição etc. Ações de extensão sobre história da matemática como ferramenta para dar significado ao ensino, contextualizando o aprendizado e despertando o interesse dos alunos.	60	2-1-0
Estágio supervisionado no Ensino de Matemática I	Participação em projetos de pesquisa e extensão voltados para a formação de professores que ensinam Matemática. Observação do ambiente escolar da escola pública e participação no planejamento do Ensino do Ensino Fundamental II.	60	1-0-1
Estágio supervisionado no Ensino de Matemática II	Participação em projetos de pesquisa e extensão voltados para a formação de professores que ensinam Matemática. Observação do ambiente escolar da escola pública do Ensino Médio. Participação do planejamento do Ensino Médio.	60	1-0-1
Estágio Supervisionado no Ensino de Matemática III	Observação do ambiente escolar e da sala de aula de Matemática com participação no planejamento de atividades de docência, organização de situações de ensino e aprendizagem e de material didático na Educação de Jovens e Adultos, ou Educação Profissional e técnica de nível médio, Educação Especial, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, Educação escolar quilombola ou Educação a Distância.	60	1-0-1
Estágio Supervisionado no Ensino de Matemática IV	Organização de situações de ensino e aprendizagem e de material didático; avaliação e desenvolvimento de atividades de docência; regência da sala de aula de Matemática em escolas que ofertam o Ensino Fundamental II.	60	1-0-1
Estágio Supervisionado no Ensino de Matemática V	Organização de situações de ensino e aprendizagem e de material didático; avaliação e desenvolvimento de atividades de docência; regência da sala de aula de Matemática em escolas que ofertam o Ensino Médio regular.	60	1-0-1



Estágio Supervisionado no Ensino de Matemática VI	Organização de situações de ensino e aprendizagem e de material didático; avaliação e desenvolvimento de atividades de docência; regência da sala de aula de Matemática em escolas que ofertam o Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos, ou Educação Profissional e Técnica de Nível médio.	60	1-0-1
Estágio Supervisionado no Ensino de Matemática VII	Organização de situações de ensino e aprendizagem e de material didático; avaliação e desenvolvimento de atividades de docência; regência da sala de aula de Matemática em escolas que ofertam o Ensino Médio na Educação Especial, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, Educação escolar quilombola ou Educação a Distância.	60	1-0-1
Estágio Supervisionado no Ensino de Matemática VIII	Reflexões sobre os estágios realizados no ambiente escolar. Redação e apresentação dos relatórios relativos aos estágios I, II, III, IV, V, VI e VII	60	1-0-1
CARGA HORÁRIA T: 470 + P: 360 + E: 360		1.200 HORAS	32-13-8

Fonte: Autores da proposta, 2025.

Dessa forma a curricularização da Extensão, no PPC do curso de Licenciatura em Matemática, estará associada ao Ensino e a Pesquisa durante o processo de formação acadêmica e profissional do estudante, seja através da participação em atividades ligadas a esses três pilares da universidade, que, conforme a Constituição Brasileira, são indissociáveis e complementares, ou ao longo do desenvolvimento do currículo, no qual os alunos pode se engajar em projetos para aplicar o conhecimento teórico (Ensino), gerar novo conhecimento (Pesquisa) e interagir com a sociedade (Extensão). Essa participação visa enriquecer o currículo, desenvolver habilidades e competências práticas e contribuir para o desenvolvimento social e cultural.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto apresentado, o Estágio Curricular Supervisionado, poderá acontecer em instituições de ensino público: municipais e estaduais, havendo também a possibilidade de acontecer em instituições não formais de ensino quando em atividades de extensão e pesquisa. Considerando as possibilidades apresentadas e o que consta nos dispositivos legais, as atividades a serem planejadas para esse componente curricular deverá levar em consideração as discussões acumuladas e as experiências vivenciadas em alternativas presentes em projetos de ensino, pesquisa e extensão, desencadeando um processo de reflexão contínua de como poderá acontecer na prática o desenvolvimento desses componentes curriculares e, principalmente qual a sua concepção atual, pois não cabe mais repetir modalidades que legitimam a separação entre teoria e prática e ou concebê-lo como complementação aos conteúdos de formação específica.

Os professores que atuam neste componente curricular terão, portanto, como desafio, ir além do que majoritariamente vem sendo interpretado e praticado buscando formar professores de Matemática para a totalidade da Educação Básica. Deve, sobretudo, considerar processos de ensino e aprendizagem, conteúdos legitimados pela comunidade acadêmica e escolar, gestão, planejamento,



relação com a comunidade, com os educadores e alunos, o que pressupõe encaminhamentos alternativos á forma tradicional, pautada pelo paradigma da racionalidade técnica. Para isso é necessário que a instituição formadora torne claro em sua legislação interna e em sua estrutura administrativa, mecanismos que possibilitem a regulamentação desses importantes componentes curriculares a partir de alternativas apresentadas e que possam de fato fortalecer a formação de seus educandos, contribuindo para a melhoria do ensino de Matemática da escola básica.

Acreditamos também que o envolvimento dos estagiários em programas desenvolvidos pela Universidade, como por exemplo, o Programa de Educação Tutorial – PET cuja finalidade é promover uma formação ampla dos estudantes em nível de graduação, incentivando-o a desenvolver um controle consciente e voluntário do seu processo formativo, apropriando-se do conhecimento científico e/ou tecnológico de alto nível acadêmico, desenvolvendo sua autonomia, estabelecendo compromissos epistemológicos, éticos e sociais que estejam presentes na sua ação como aluno e na sua futura atuação profissional, contribuindo, desta forma com formulação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino, procurando reduzir, sobretudo a evasão escolar.

Outro exemplo pode ser buscado no Programa Interinstitucional de Iniciação a Docência – PIBID que segundo Medeiros, Carvalho e Grandó (2012) aliam a formação inicial, professores escolares e professores da Universidade que utilizam esse espaço formativo para desenvolver práticas e pesquisas sobre formação docente. Nesta perspectiva:

os professores da escola assumem a supervisão e coordenação dos estudantes da graduação no sentido de propiciar-lhes um conhecimento sobre a escola em seus diferentes espaços, ritmos, tempos e cultura. O estudante da graduação, por outro lado, contribui com esses professores no sentido de lhes trazer discussões, muitas vezes teóricas, advindas de seus estudos da Universidade e juntos, professores e estudantes buscam na realidade escolar possibilidades de se repensar práticas pedagógicas, ou mesmo inovar. Essa parceria marcada pelos futuros professores e professores escolares é completada pelos professores da Universidade que assumem, juntamente com os estudantes e os professores, o papel de organizar pedagogicamente as ações e projetos desenvolvidos no âmbito escolar. Nesse sentido, podemos dizer que o Programa PIBID contribui para a constituição de uma comunidade de aprendizagem docente, em que todos são beneficiados com múltiplas aprendizagens [MEDEIROS, CARVALHO E GRANDÓ, 2012, p. 67-68].

Esses programas, entre outros, são formas privilegiadas de relações dos alunos com os saberes da docência, assim estas experiências podem e devem ser valorizadas no âmbito do curso, inclusive com a possibilidade de dispensa de parte do Estágio Supervisionado, conforme legislação vigente, onde estabelece que “as atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso”. Cabe, por fim, esclarecer que entendemos atividade docente regular como indo além da regência de sala de aula que é apenas uma parte constitutiva do Estágio Supervisionado realizado da forma tradicional. Neste caso, a legislação atual também prevê essas possibilidades:



Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos; Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior: I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social; II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular; III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. (RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018)

Desta forma, propomos a extensão, associada ao ensino e a pesquisa, consolidando, o que caracteriza a universidade brasileira e o fazer cotidiano. Lembrando por último, que essa integração já foi colocada em pauta com o artigo 207 da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), o qual propôs a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão no contexto universitário, por meio da articulação entre teoria e prática.



REFERÊNCIAS

CARVALHO, I. M. O processo didático. Rio de Janeiro: FGV, 1985.

COSTA, W. N. G. Curricularização da extensão: o desafio no contexto das licenciaturas. Revista Panorâmica online, v. 2, p. 109-123, 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Estágio Supervisionado na formação docente. In: Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. São Paulo: DP & A Editora.

FRANCISCO, C. M.; PEREIRA, A.S. Supervisão e Sucesso do desempenho do aluno no estágio, 2004. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd69/aluno.htm>. Acesso em 06 Jul. 2013.

GUERRA, Miriam Darlete Seade. Reflexões sobre um processo vivido em estágio supervisionado: Dos limites às possibilidades, 1995. Disponível em: <http://www.anped.org.br/23/textos/0839t>. PDF. Acesso em 05 Jul. 2013.

LIMA, M^a do Socorro Lucena. A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente. 3a edição. CE: Editor Demócrito Rocha, 2002. São Paulo: EPU, 1986.

MEC. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Brasília. 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Parecer 349 de 1992.

_____. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Parecer 02 de 19 de fevereiro de 2001.

MEDEIROS, Kátia Maria; CARVALHO, Mercedes; GRANDO, Regina Célia. Formação de professores que ensinam matemática: refletindo modelos e experiências no estágio supervisionado. Educação Matemática Em Foco, vol. 01, nº 02, agosto/dezembro 2012.

MELO, José Ronaldo. A extensão e a pesquisa como possibilidades de estágio na formação Inicial de professores de matemática. In: Ensino, pesquisa e extensão: os PETS de Economia e Matemática em ação / Rubicleis Gomes da Silva, José Ronaldo Melo (organizadores) – Rio Branco: 2015.

MELO, JOSÉ RONALDO. Ensino, história e tecnologias na resolução de problemas envolvendo o cilindro o cone e a esfera. ARACÊ - DIREITOS HUMANOS EM REVISTA, v. 7, p. e7617, 2025.

MELO, Jose Ronaldo. Práticas de formação de professores que formam Professores de matemática para educação básica. CONJECTURAS, v. 22, p. 444-457, 2022.

MELO, Jose Ronaldo. Projetos de pesquisa e extensão: contribuições para formação de professores de matemática através do estágio supervisionado. CONJECTURAS, v. 22, p. 1308-1317, 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/SECRETARIA EXECUTIVA. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Diário Oficial da União. Publicado em: 03/06/2024 - Edição: 104, Seção: 1, Página: 26.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho nacional de educação/Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.



SILVA, Arlete Vieira da. Estágio Curricular Supervisionado no curso de licenciatura: momentos de vivência da profissão professor nas escolas de Educação Básica. Revista espaço acadêmico – nº 73 – junho/2007.

MORIN, E. (2000). Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2ª ed., São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PÉREZ GOMES. A Formação dos professores da licenciatura. Portugal: Porto Editora 1992.

PEREIRA, PAULO JOSE DOS SANTOS; MELO, Jose Ronaldo. Formação de Professores de Matemática na UFAC: reflexões e articulação de saberes na disciplina de História e Filosofia da Matemática. REVISTA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, v. 10, p. 1-25, 2024.

PICONEZ, S. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado: A aproximação da Realidade Escolar e a Prática da Reflexão. In: PICONEZ, Stela (org) A prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. 3a edição. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

PIMENTA, S.; SILVA, M. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.

PONTE, João Pedro; Quaresma, Marisa; Pereira, Joana Mata; Baptista, Mónica. O Estudo de Aula como Processo de Desenvolvimento Profissional de Professores de Matemática. ISSN 1980-4415 <http://dx.doi.org/10.1590/1980-4415v30n56a01>

SILVA, S. A. P. dos S. Estágios Curriculares na Formação de Professores de Educação Física: o Ideal, o Real e o Possível. Revista Digital. Buenos Aires, v.10, n.82 p. 3-5, Março, 2005.

SILVÉRIO, Eduardo Dall’Agnol; SOARES, Matheus Meirinho, BRUNO, Mateus Limberger; WICHNOSKI, Paulo. A curricularização da extensão no âmbito do curso de licenciatura em matemática da universidade estadual do centro-oeste: percepções discentes. Revista Conexão UEPG, vol. 19, núm. 1, pp. 01-15, 2023

SILVA, Oziel dos Santos; MELO, José Ronaldo. A etnogeometria dos povos antigos e os geoglifos do Sítio Arqueológico Jacó Sá. CADERNO PEDAGÓGICO (LAJEADO. ONLINE), v. 22, p. e16760, 2025.

